



EIXO 2 – COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO AUDITOR DO FUTURO

AUDITORIAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES E INOVAÇÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Marcos Thadeu Fonseca Ferreira Azevedo

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2017/2). Especialista em Direito Público – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG (2020). Advogado - OAB/MG nº 185.975.

Paula Bernardo Araújo de Souza

Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Goiás (2008). Especialista em direito processual civil, pela Universidade do Sul de Santa Catarina e em Políticas Públicas e Direito Administrativo e Gestão Orçamentária e Financeira no Setor Público, pela Universidade Única de Ipatinga. Atua profissionalmente como auditora de controle externo no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, desde 2012, na análise de processos relacionados as contratações do Estado de Goiás na área da saúde. Atuou como assessora do Ministério Público de Contas de 2012 a 2015. Tem experiência na área de Direito Administrativo e na avaliação de Políticas Públicas.

Leonardo Mateus Negreiros Barbosa

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2019). Especialista em Controladoria e Auditoria do Setor Público pelo UniCV (2023). Advogado - OAB/CE nº 44.362.

MOTIVAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO OU PESQUISA

A crescente complexidade das políticas públicas no Brasil tem exigido a modernização dos instrumentos de controle externo. A ampliação da participação de organizações sociais (OS) na prestação de serviços públicos, especialmente na área da saúde, trouxe benefícios gerenciais, mas também novos desafios e riscos, como a responsabilização subsidiária do Estado por



falhas dessas entidades. Diante desse cenário, a pesquisa terá como objetivo investigar como auditorias em políticas públicas de saúde podem incorporar perspectivas interdisciplinares e ferramentas tecnológicas inovadoras para fortalecer a gestão pública e mitigar responsabilidades estatais decorrentes da omissão fiscalizatória.

METODOLOGIA OU A FORMA COMO FOI OU SERÁ CONDUZIDO

O trabalho fundamentar-se-á em uma abordagem qualitativa, composta por

- Revisão bibliográfica sobre auditoria pública, inovação no setor público, responsabilidade civil do Estado e governança;
- Análise documental de relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e acórdãos dos tribunais superiores e regionais (STF, STJ, TJ e TRT), produzidos entre 2019 e 2025;
- Estudo de caso sobre experiências inovadoras, com destaque para o uso de painéis de controle digital no Estado de Goiás;
- Entrevistas exploratórias com gestores públicos, voltadas à avaliação da efetividade das recomendações de auditorias.

Ademais, a análise priorizará elementos de conformidade, desempenho e impacto social, observando também a composição interdisciplinar das equipes envolvidas nas auditorias.

RESULTADOS ESPERADOS

Inicialmente, espera-se verificar o posicionamento jurisprudencial acerca da responsabilização do Estado por ilícitos praticados pelas OSS e se esses litígios reforçam a urgência de auditorias preventivas e sistemáticas.

Espera-se obter dados sobre a natureza das recomendações emitidas pelo TCU em suas auditorias, se eminentemente legais ou, também, se relacionadas à efetividade das políticas públicas, a fim de verificar se as auditorias estão mais maduras tecnicamente ao focar em abordagens



baseadas em risco e desempenho em detrimento de abordagens meramente formais.

Busca-se verificar se a integração de equipes multidisciplinares de auditoria relaciona-se com a agilidade na implementação de recomendações.

Espera-se, ainda, relacionar o uso de painéis de controle digital no monitoramento de contratos hospitalares com a produção de dados relevantes para a eficácia das auditorias.

Por fim, busca-se evidenciar a existência de possíveis lacunas nos critérios de avaliação dos relatórios de auditoria, perquirindo sobre a necessidade de expandir os critérios de avaliação para além das dimensões financeiras e operacionais para abordar, também, métricas de equidade ou impacto social.

BREVE CONCLUSÃO

A fim de que os desafios da gestão pública contemporânea sejam melhor enfrentados, a futura pesquisa tem como objetivo apontar a combinação de metodologias de abordagem em auditorias, a estruturação de equipes e a utilização de ferramentas inovadoras de produção de dados para auxiliar na ampliação da efetividade do controle social e no fortalecimento de sua atuação preditiva na mitigação de riscos decorrentes da omissão estatal, propondo práticas que convirjam para a construção de uma cultura institucional orientada à accountability, à prevenção de riscos e à aprendizagem contínua.